

1

2 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS**
3 **DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA- 2015**

4 No dia 14 de Abril de 2015, às 14h30m, no auditório da Casa de Direitos Humanos –
5 Av. Amazonas, 558 – 7º andar – Centro – Belo Horizonte, reuniram-se em plenária
6 ordinária os conselheiros: Kátia Ferraz Ferreira(C.V.I.),Maurício Alves Peçanha(ADC),
7 Eustáquio José de Oliveira(ADEFI), Alexander Fabian Malheiros (SES) , Adinilson
8 Marins (FEDERAÇÃO DAS APAES), Júnia dos Reis Rezende (Ministério Público),
9 Caio Múcio Pimenta (Associação Cegos Louis Braille), Ana Lúcia Henrique Grossi
10 (CAADE), Gabriel Rocha (CAADE), Daisy Dias Lopes (CRESS- MG), Paulo Calmon
11 Nogueira da Gama (Poder Judiciário). Justificaram ausências : Milton Henriques de
12 Oliveira (ADEFOM), Marlice Ornelas Lúcio (APODEM), Renata Jacques Batista
13 (Conselho Reg . Fonoaudiologia),Nilson Corrêa (ADEFECAMP), para discutir e
14 deliberar sobre a seguinte pauta:1- Verificação do quórum. 2- Aprovação da ata da 1ª
15 Reunião Ordinária de 2015 realizada no dia 10 de Março de 2015. 3- Informes . 4-
16 Eleição da Mesa Diretora do CONPED. A presidente Kátia Ferraz deu boas vindas –a
17 todos , e iniciou os trabalhos da 2ª Reunião Plenária de 2015 . Solicitou que os (as)
18 conselheiros(as) se apresentassem . Alguns conselheiros (as) ficaram na dúvida
19 quanto a sua situação no CONPED, a presidente explicou que alguns conselheiros(as)
20 estão aguardando a nomeação do diário Oficial para que de fato possam exercer com
21 legalidade a função de Conselheiros(as) . Após a apresentação de todos os
22 conselheiros(as), iniciou com o primeiro ponto de pauta , verificou o quórum , sem
23 quórum qualificado ,dez membros presentes , informando que Regimento Interno foi
24 publicado é a ferramenta que conduz os trabalhos do Conselho . Prosseguiu para o
25 próximo ponto de pauta: a aprovação da ata da 1ª reunião da plenária do dia 10 de
26 Março de 2015. Kátia , sugeriu que a mesma seja corrigida em alguns pontos , sendo
27 desfavorável a sua aprovação. Sugeriu que fosse aprovada na próxima reunião e
28 solicitou que os conselheiros(as) se pronunciassem . Dra.Júnia dos Reis Rezende
29 (Ministério Público) questionou sobre a não aprovação da ata , Kátia argumentou que
30 ao fazer a leitura verificou detalhes que não ficaram claros, ressaltou que apesar de ter
31 sido enviada com antecedência a ata foi revisada somente hoje pela manhã , alegando
32 trabalhos intensos com relação a realização da IV Conferência Estadual da Pessoa
33 com Deficiência, solicitou postergar a aprovação com as devidas adequações, que não
34 acha adequado um documento oficial que será assinado por todos. Sugeriu que seja
35 aprovada na próxima plenária com as devidas adequações . Eustáquio José (ADEFI),
36 diz que, no seu entendimento, pensa que não seja tanta coisa a sofrer adequação,
37 para que possa evitar que a ata seja postergada devíamos analisar, pontuar, corrigir e

38 que seja aprovada hoje mesmo. Kátia diz que é muita coisa a ser adequada no
39 documento, além do que várias pessoas reclamaram que ficou muito longa . Eustáquio
40 pergunta se a ata não foi redigida com base na gravação, através da transcrição.
41 Kátia diz que é necessário objetividade e clareza, que a ata está extensa, por isso
42 propõe adequação e clareza para que evite tumulto nos trabalhos. Eustáquio ressaltou
43 que sua colocação é que se todas as outras atas foram feitas através da gravação, se
44 houver alteração que não proceda com a gravação não é correto . Kátia diz que não é
45 isso, e passa a palavra para a Diretora de Apoio aos Conselhos Juliana Chiari ,que
46 pontuou que a revisão da ata era realizada pela 1ª Secretária, a conselheira Daisy e
47 que na última reunião não houve a revisão -, e que hoje pela manhã Juliana e Kátia,
48 observaram ao ler a ata, que a maneira de redigir e não na transcrição é que está em
49 desacordo. Por exemplo, as falas da Juliana e da Katia estão na 1ª pessoa, e em
50 atas não é adequado. Exemplo: “ Eu considero “. Kátia reforçou que trata-se da forma
51 e não o conteúdo . Juliana diz que não houve tempo para analisar a ata com
52 antecedência para deixá-la pronta para aprovação e se coloca à disposição para
53 refazê-la. Daisy Lopes (CRESS/MG) , relatou que assumiu a função de 1ª Secretária
54 no CONPED no decorrer do processo, e que não esteve presente na última reunião,
55 sendo que na sua falta assume a 2ª Secretária a função de revisar a ata. Como o
56 Conselho está sem a 2ª Secretária, deveria ter sido nomeado um(a) secretário(a) “ah
57 doc” que deveria ter feito a revisão. Ela se dispõe juntamente com alguém que esteve
58 presente em reunião a revisar a ata, ressaltando que a correção deverá ser na forma e
59 não no conteúdo, adequando o texto para registro de ata. Kátia explica que a
60 conselheira Clodoália da SEPLAG era a 2ª Secretária e se aposentou e o órgão não
61 indicou substituto até a presente data. Ressalta sua posição para adequação da ata
62 para ser aprovada na próxima plenária. Caio Pimenta (Associação Cegos Louis
63 Braille) diz que leu a ata e abstraídas possíveis queixas apresentada pelos
64 conselheiros , enxergou de maneira muito positiva os registros da ata. Relatou que
65 não esteve presente mas enviou seu representante que participou da reunião pela
66 manhã e no período da tarde . Na ata está presente a quantidade de trabalho a serem
67 realizados. Tem os pontos principais como a primeira mensagem do Governo, se
68 comprometendo a dar importância aos conselhos , a participação da Sociedade Civil ,
69 das conferências . É muito positivo , tem que está registrado e está . Registrou que a
70 presença do Secretário Adjunto Gabriel Souza na reunião é muito positiva , a
71 prorrogação dos mandatos dos conselheiros (as) que era uma dificuldade e que está
72 registrado na ata , solicitação do Ministério Público com relação ao documento da
73 recondução , para analisar a legalidade , as definições das conferências está de forma
74 muito clara , a posição da SEDESE em apoiar na realização das Conferências sem

75 interferir nas ações ,a aprovação do Regimento Interno. Todos os pontos da reunião
76 encontram se registrados . Portanto, propõe a aprovação da ata e quem desejar
77 corrigir sem perder a essência do conteúdo que foi registrado, o faça posteriormente .
78 Na sua avaliação entende que os pontos essenciais foram registrados a contento e se
79 pergunta para que ficar perdendo tempo com esta discussão, na sua visão pensa que ,
80 devemos aproveitar a disposição do Governo para valorizar os conselhos e propõe
81 que o CONPED mostre ,serviço e deixe de refluir as coisas . Kátia passou a palavra
82 para Dr . Paulo Calmon e posterior ao Adnilsom Marins (Federação das APAES /MG).
83 Dr . Paulo Calmon (MP) sugeriu, conforme experiência em outros conselhos, como no
84 de Defesa do Consumidor inserir algumas diretrizes para a eficácia , votar para a
85 aprovação ad referendum e posteriormente realizar por troca de e-mails os ajustes
86 apenas redacionais da ata . Adnilson Marins , não concorda com a aprovação da ata,
87 alega que serão dois trabalhos . Sugeriu que não é correto aprovar a ata que não está
88 devidamente correta , que o melhor é corrigir as ressalvas e para aprovação na
89 próxima plenária . Adnilson Marins vota a favor da aprovação da ata na próxima
90 reunião . A presidente Kátia , coloca em votação a aprovação da ata da 1ª reunião
91 plenária Conped do ano de 2015 . 1ª Proposta : Adiamento da aprovação da Ata para
92 a próxima plenária com as devidas correções . 2ª Proposta : Aprovação da ata com
93 posterior correção. Dr .Paulo Calmon sugeriu aprovação de ata de forma virtual, desde
94 que o Regimento preveja este processo. Kátia, diz que o Regimento Interno não
95 considera esta ação . A primeira proposta – adiamento da aprovação – venceu com
96 07 votos contra 03 votos da 2ª proposta e uma abstenção . A ata será aprovada na
97 próxima reunião com as devidas correções. Dra . Júnia solicitou informações sobre o
98 documento de recondução dos conselheiros(as) do CONPED . Kátia explicou que a
99 recondução foi realizada ad referendum, a Lei de criação legitima a presidente para a
100 execução desta ação, sendo o mandato dos conselheiros da Sociedade Civil
101 prorrogado por oito meses a contar de 22 de Fevereiro de 2015 até 22 de Outubro de
102 2015, após vencimento da extensão do mandato dos conselheiros da Sociedade Civil
103 deverá ser realizada a eleição de novos conselheiros que coincidiria com a data da
104 realização da Conferência Estadual, interferindo na participação da Conferência
105 Nacional, por isso foi votado em pleno a recondução dos conselheiros para um
106 período maior, por 14 meses , para que não houvesse o acúmulo de atividades e não
107 corressêmos o risco de não participarmos da Conferência Nacional e de fechar as
108 portas do Conselho, lembrando que se tem um prazo de 180 dias para instalar a
109 comissão eleitoral . Dra Júnia , recordou que houve deliberação para que fosse
110 solicitado parecer jurídico sobre esta questão e que consta em ata. Juliana esclareceu
111 que a SEDESE ainda não recebeu o Oficio dirigido ao Secretário solicitando o

112 parecer jurídico . Dra Júnia , lembra que o ofício está consignado em ata e que seja
113 solicitado. O conselheiro Mauricio Peçanha relatou que o Regimento Interno foi feito e
114 que extraviou do Conselho de forma misteriosa , após trabalho árduo dos conselheiros
115 (as). Com relação as atas ele informa que elas são enviadas com antecedência e que
116 os conselheiros podem com toda liberdade sugerir correções, alterações.–Sugeri que
117 as próximas atas sejam aprovadas sempre na plenária seguinte, pois é um
118 instrumento importante para acompanhar as deliberações, cita como exemplo o ofício
119 que não foi devidamente enviado ao Secretário .A presidente prosseguiu com a
120 reunião informando que o 3º ponto de pauta são os informes e colocou a palavra à
121 disposição para o pleno se pronunciar. Não houve pronunciamento . Prosseguiu,
122 então, para o próximo ponto de pauta, a Eleição da Mesa Diretora. Esclareceu,–que
123 dentro da alternância prevista no Regimento Interno, um representante do governo
124 assumirá a presidência no próximo mandato, um representante da sociedade civil
125 assumirá a vice presidência, 1º secretário representante do governo e 2º secretário
126 representante da sociedade civil. E que, para haver a eleição 2/3 dos conselheiros
127 (as) deverão estar presentes em plenária ou seja 16 conselheiros para a votação da
128 nova mesa diretora . Em 18 de Março de 2013 foi votada a composição da Mesa
129 Diretora sendo : Presidência – Sociedade Civil , vice presidência – governo , 1º
130 secretário – sociedade civil e 2º secretário –governo ,a publicação ocorreu em Maio de
131 2013 ,com mandato previsto para dois anos (2013 a 2015). Tivemos uma eleição
132 conturbada em que foi preciso acionar a Defensoria e o Ministério Público para
133 acompanhamento da votação. Em 22 de Fevereiro de 2013 fomos eleitos como
134 conselheiros mas a eleição da mesa diretora se deu a posteriori com o mandato
135 vigente até 15 de Maio de 2015. Em consulta à Casa Civil fomos informados que o
136 mandato dos conselheiros terminaria em 22 de fevereiro de 2015 e da mesa diretora
137 em 15 de Maio de 2015. Sem a recondução dos conselheiros , mesmo com a eleição
138 da Mesa Diretora em 15 de Maio de 2015 não teríamos legitimidade para se quer
139 funcionar como conselho . Com apoio do Governo, da Secretaria de Direitos
140 Humanos, do secretário Gabriel Rocha cujo enfoque em fortalecer os conselhos,
141 tivemos total apoio e houve, assim, a prorrogação dos mandatos dos conselheiros,
142 tendo em vista o vencimento do mandato da mesa diretora. Em consulta ao Regimento
143 Interno verificou-se, que são necessários 16 membros para a eleição da mesa diretora
144 pois há previsão da sua recondução. Esta recondução deverá ser feita por um período
145 igual de dois anos da atual mesa diretora, com quórum simples , quórum presente,
146 caso não seja aprovado a recondução. Sugeri que seja convocada, uma reunião
147 extraordinária antes do vencimento do mandato da atual mesa diretora com
148 chamamento da eleição. Dra. Júnia questionou sobre quórum simples para a

149 recondução da mesa diretora . Juliana explicou que no artigo 28 do Regimento Interno
150 consta essa norma e no artigo 6º , parágrafo 4º, esclareceu que de acordo com o
151 raciocínio da presidente com relação a recondução é de 2/3 para eleição da nova
152 mesa diretora e quórum simples para a recondução . Dra .Júnia no entanto, entende
153 que tem que haver quórum qualificado de 2/3 para a recondução. Eustáquio José
154 questionou que a não votação da ata anterior não legitima a votação do Regimento
155 Interno. Kátia responde que não, pois o Regimento Interno já foi publicado. Mauricio
156 Peçanha relatou que é evidente que haverá a eleição da nova mesa diretora pois na
157 verdade a mesa atual se resume apenas na presidente Kátia, reconduziremos só ela,
158 pergunta .-Teremos a extraordinária para eleger o vice presidente , 1º e 2º secretário.
159 Lembrou que os representantes do interior não estão presentes e temos que rever
160 esta situação por que é interesse para referendar as nossas conferências . Após a
161 Conferência Estadual iremos instalar a Comissão Eleitoral . Solicitar a publicação dos
162 representantes dos conselheiros designados e representantes dos municípios para
163 referendar a própria mesa diretora . Juliana , esclareceu que se há vacância na mesa
164 diretora, no caso aqui , do Vice presidente , 1º e 2º secretário, o presidente convoca
165 nova eleição da Mesa Diretora, legalmente é desta forma. O Secretário Gabriel leu o
166 artigo 28 do Regimento Interno que está publicado , está em vigor, e entende a
167 possibilidade de recondução por igual período, mas alerta para um artigo fundamental,
168 o artigo 29, que preconiza: “Dentro do princípio da igualdade de oportunidades o
169 CONPED adotará a alternância da Mesa Diretora entre sociedade civil e poder
170 público”. Então em nome do governo o qual representa solicita atenção a este artigo e
171 propõe que haja uma nova eleição da Mesa Diretora, pois é interesse desse governo,
172 com novos encaminhamentos, com novo olhar que tem para os ~~des~~ conselhos de
173 direitos, pelo que representam na formulação das políticas, como movimentos
174 estratégico na construção das políticas públicas e principalmente para setores como o
175 da pessoa com deficiência, que é tão ausente no Estado. É por este entendimento que
176 o governo se sente no direito de buscar no artigo 29 do Regimento Interno e de ocupar
177 a presidência neste momento de nossas conferências e de renovação da sociedade
178 civil. Queremos colocar nossas propostas. No entendimento do Mauricio deve haver
179 uma reunião extraordinária, amplamente convocada. O Secretário Gabriel afirmou que
180 enquanto governo. irá empenhar para a publicação através do Diário Oficial do Estado,
181 dos representantes dos órgãos : SEPLAG, SETOP ,SEDS, EDUCAÇÃO ,CRP . Ainda
182 mais, declarou que o governo se fará presente como sujeito de deliberação e não
183 mera figuração , o governo virá de maneira unificada, coesa nas reuniões dos
184 conselhos, por entender que os conselhos como uma instância de cobrança e
185 monitoramento das políticas, o governo está para ser cobrado , questionado ,

186 monitorado, o governo tem que ter uma unidade de ação dentro dos conselhos. Caio
187 Pimenta , faz sua colocação , que não comunga com algumas falas , com o uso de
188 expressões,estou preocupado,vamos preocupar com aquilo , etc ... “Eu pergunto,quem
189 está preocupado com o deficiente ? O deficiente está esperando , então quando o
190 governo fala que deseja ser cobrado ele tem tomar providências para colocar o
191 representante da sociedade civil a frente , por que se ele colocar o representante do
192 governo ele não será cobrado , por que ele terá o voto da metade dos conselheiros do
193 governo, eu discordo desta colocação . Se esperar a presença de 16 conselheiros
194 presentes aqui nunca vai acontecer , a não ser que o governo tome a posição de
195 cobrar severamente de seus representantes. Ano passado tivemos pouquíssimas
196 reuniões com quórum , apenas uns onze , doze conselheiros presentes . Somos em
197 dez conselheiros e proponho deliberar ,vamos eleger a mesa diretora porque esperar
198 para convocar ,se o governo nem conseguiu indicar seus representantes em três
199 meses. Eu quero saber é o que o deficiente vai fazer , se ele vai continuar pensando
200 que é representado por este conselho. O deficiente quer é políticas públicas efetivas,
201 fiscalização efetiva do governo, fiscalização da Lei, fiscalização de todos que devem
202 cumprir a constituição e não estamos fazendo este papel . Eu proponho a votação da
203 nova diretoria para darmos continuidade aos trabalhos . Dra . Júnia concordou com o
204 Sr. Caio quanto ao apego da burocracia e o esquecimento da praticidade . O que
205 sugere é delongar menos com discursos em comum. Mas , infelizmente não podemos
206 escolher que a LEI seja obedecida pois ou obedecemos a Lei ou não temos como
207 pedir que outros obedeçam. Se está na Lei tem que ser obedecida, não somos órgão
208 qualquer , somos representantes da população, temos que estar constituídos
209 conforme a Lei. Daisy Lopes (CRESS/MG) resgatou que o governo precisa
210 possibilitar a presença dos conselheiros dos Municípios de Minas Gerais, abordamos a
211 questão da falta de quórum , e os nossos companheiros do interior continuam sem
212 poder comparecer as reuniões por motivo da falta de apoio do governo que não arca
213 com as despesas provenientes da vinda dos conselheiros. É sempre o mesmo, a cada
214 reunião , comunicam por emails justificando suas ausências por falta de pagamento
215 por parte do governo. Precisamos, entender de vez, enquanto sociedade civil, que o
216 interior de MG representa parcela significativa do povo de Minas Gerais, e é uma
217 constante o fato de não estarem presentes nas discussões das plenárias, referentes
218 ao segmentos o qual ele representam dentro do Estado. A conselheira relatou que
219 para esta reunião custou a decidir se viria ou não , por não compactuar com esta ação
220 do Estado, questionou o controle social que este Conselho vem exercendo pois na sua
221 avaliação fica aquém do que deveria ser . Lembrou que esta questão é séria e
222 precisamos do apoio do governo, para que a sociedade civil do interior de Minas

223 Gerais faça sua parte da melhor forma. Kátia convocou a plenária a decidir se haverá
224 a votação da recondução da mesa diretora ou a eleição da nova mesa diretora antes
225 do vencimento de 15 de Maio de 2015. Informou que foram confeccionadas as cédulas
226 e que a urna está à disposição para votação . Dra . Júnia , informa que a recondução é
227 também uma eleição e que não há quórum qualificado no momento ,que depois de
228 constituir o quórum poderemos discutir sobre recondução, a eleição para recondução
229 é de quórum de 2/3 dos conselheiros. Juliana questionou se recondução é eleição.
230 Dra . Júnia afirmou que sim, é uma eleição. Sugeriu que constitua e se faça uma
231 convocação incisiva para a próxima plenária. O Secretário Gabriel explicou que a
232 Secretaria de Direitos Humanos foi criada recentemente e o orçamento foi sancionado
233 pelo Governador na 6ª Feira , procedimento para a criação de uma secretaria vai
234 desde registro de CNPJ , o que possibilita realizar os contratos com a MGS ,Diário
235 Oficial. Para a questão das diárias a orientação é que venham e posteriormente sejam
236 ressarcidos. A liberação da cota orçamentária pela SEPLAG é um processo de
237 convencimento e sensibilização , para nós a presença dos conselheiros da Sociedade
238 Civil é fundamental , a ausência dos representantes dos municípios é um absurdo ,
239 deparar com esta situação , apenas os representantes da sociedade civil da capital
240 presentes . Em alguns conselhos o pagamento de diárias tem sido efetuado por
241 ressarcimento. A presidente Kátia pede ao pleno para decidir sobre a data da próxima
242 plenária , ressaltando a importância de ser antes do dia 15 de Maio de 2015 devido ao
243 término do mandato da Mesa Diretora. Ficou decidido que a reunião será dia 07 de
244 Maio de 2015 . Sem mais nenhuma manifestação, a presidente Kátia Ferraz ,encerra a
245 reunião 17h 15m. Eu, Maria de Lourdes Carvalho , lavrei a presente ata, que dato e
246 assino.

247 Belo Horizonte, 14 de Abril de 2015.

248

249 Kátia Ferraz Ferreira (CVI-BH – Presidente do CONPED)

250 Maurício Alves Peçanha (ADC)

251 Eustáquio José de Oliveira (ADEFI)

252 Alexander Fabian Malheiros (SES)

253

254 Maria Elizabeth Pupin Vieira (APARU)

255

256 Adinilson Marins (FEDERAÇÃO DAS APAES)

257

258 Paulo Calmon Nogueira da Gama (Poder Judiciário)

259

- 260 Caio Múcio Barbosa Pimenta (Associação Louis Braille)
- 261
- 262 Daisy Dias Lopes (CRESS- MG),
- 263
- 264 Ana Lúcia Henrique Grossi (CAADE)
- 265
- 266 Gabriel Rocha (CAADE)